



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo
Ministro da Economia, Senhor
Paulo Guedes, informações
referentes ao Programa Minha
Casa, minha vida.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal,
combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos
Deputados requero seja encaminhado ao Ministro da Economia, Senhor Paulo
Guedes, informações referentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Justificação

O Programa Minha Casa Minha Vida é uma importante política pública que viabilizou o sonho da casa própria de milhares de pessoas. Os Corretores de imóveis de alguns estados da Federação, como do Amazonas, protestam contra os cortes de subsídios ofertados para o Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo esse programa muito importante para o setor da construção civil e principalmente, para geração de emprego e aquecimento da economia. A repercussão no mercado já é imediata com muitas construtoras diminuindo ofertas de unidades habitacionais com valores mais populares.

A programação da execução do orçamento do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) para financiar a área habitacional, inclusive moradias populares estava definida. Ela previa que o dinheiro aprovado para este ano deveria ser liberado mensalmente, em fatias de aproximadamente 8,3% do montante a cada mês, até o fim do ano. Com a derrubada das regras previstas para uso de dinheiro para financiar habitações populares fica a dúvida sobre como recursos previstos para este ano serão usados.



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Mais especificamente, requerem-se as seguintes informações:

- a) relação de obras do PMCMV, por estado da federação, com execução física atrasada e respectivos investimentos previstos;
- b) relação de obras do PMCMV, por estado da federação, paralisadas em virtude de abandono ou rompimento de contrato pela construtora e respectivos investimentos previstos;
- c) principais razões motivadoras para os atrasos, paralizações e falhas construtivas nas obras do PMCMV;
- d) Construtores pessoas físicas que estão com laudos de engenharia e cartas de crédito aprovados desde de outubro(2018). O que fazer?
- e)Qual a real data de normalização?

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 26 de fevereiro de 2019.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal
PRB-AM